Duarte Manuel Freitas – *Museu Machado de Castro: Memorial de um Complexo Arquitectónico Enquanto Espaço Museológico (1911-1965)*

Joana d'Oliva Monteiro

Edição electrónica

URL: <http://journals.openedition.org/midas/1341>

DOI: 10.4000/midas.1341

ISSN: 2182-9543

Editora:

Alice Semedo, Paulo Simões Rodrigues, Pedro Casaleiro, Raquel Henriques da Silva, Ana Carvalho

Referência eletrónica

Joana d'Oliva Monteiro, « Duarte Manuel Freitas – *Museu Machado de Castro: Memorial de um Complexo Arquitectónico Enquanto Espaço Museológico (1911-1965)* », *MIDAS* [Online], 9 | 2018, posto online no dia 25 janeiro 2018, consultado no dia 25 setembro 2020. URL : <http://journals.openedition.org/midas/1341> ; DOI : <https://doi.org/10.4000/midas.1341>

Este documento foi criado de forma automática no dia 25 setembro 2020.

Midas is licensed under a Creative Commons Attribution-NonCommercial-ShareAlike 3.0 International License

Duarte Manuel Freitas – *Museu Machado de Castro: Memorial de um Complexo Arquitectónico Enquanto Espaço Museológico (1911-1965)*

Joana d'Oliva Monteiro

REFERÊNCIA

Freitas, Duarte Manuel. 2016. *Museu Machado de Castro: Memorial de um Complexo Arquitectónico Enquanto Espaço Museológico: (1911-1965)*. Vol. 5. Coleção Estudos de Museus. Casal de Cambra: Caleidoscópio e Direção-Geral de Património Cultural. 411 páginas, ISBN: 978-989-658-422-1.

- 1 A obra que aqui se comenta resulta da tese de doutoramento que Duarte Manuel Freitas apresentou, em 2015, à Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra (área de História, especialidade de Museologia e Património Cultural), sob a orientação de Irene Vaquinhas e Regina Anacleto.¹
- 2 Em termos gerais, estamos perante um rigoroso e articulado estudo em que a amplitude e a profundidade da pesquisa, aliadas a um apurado sentido crítico, se cruzam, concorrendo decididamente para uma valorização e acréscimo de conhecimento do objecto de estudo elegido e do período temporal que lhe está afecto.
- 3 Logo na «Introdução», o autor expõe o seu desígnio principal, i.e., «o conhecimento das transformações ocorridas no complexo arquitectónico que actualmente sustenta o Museu Nacional de Machado de Castro (Coimbra), durante o período temporal que medeia o seu nascimento (1911) até à elevação ao estatuto de museu nacional (1965)» (p. 8). Com vista à concretização de tal desiderato, Duarte Manuel Freitas promove um exercício de delimitação do objecto em estudo, descortinando as suas especificidades. Para isso, no capítulo I – «O Museu na sua ‘Anamnesis’: Contextos Internacional e

Nacional» (pp. 11-65), e sem pretensões de exaustividade, o autor apresenta uma síntese histórica em que são identificadas as diferentes concepções de museu através dos tempos, desde a sua génese – *templo das musas* – até à actualidade – *templo das massas* (pp. 13-25) – para se deter, em seguida, no tema da adaptação de edifícios preexistentes a espaços museológicos (pp. 25-44). Para esse efeito convoca legitimamente as teorizações operadas no âmbito do restauro, protagonizadas por Viollet-le-Duc, John Ruskin, Camilo Boito e Gustavo Giovannoni. Este capítulo inicial, enriquecido com uma selecção de casos aplicados em contexto internacional, encerra com o ponto «‘Entre Saúde e Fraternidade’ e ‘A Bem da Nação’: As Cambiantes Ideológicas e Pragmáticas do Panorama Museológico Português (1911-1965)» (pp. 44-65). Neste ponto são especificadas em duas balizas temporais – (1910-1932) e (1932-1965) – as componentes ideológicas que nortearam os paradigmas de actuação atinentes a cada época em particular, não sendo esquecido o papel desempenhado pela legislação e principais decretos, elo fundamental para conduzir o leitor ao capítulo II – «Os Diretores do Museu Machado de Castro» (pp. 68-119). Exclusivamente consagrado aos principais responsáveis pela instituição no período cronológico aludido, António Augusto Gonçalves (1848-1932), Vergílio Correia (1888-1944), António Nogueira Gonçalves (1944-1951) e Luís Reis Santos (1898-1967), nele são enaltecidos os esforços empreendidos com vista à criação do Museu e à escolha de um edifício para a instalação do mesmo, ocasião para assinalar os momentos altos da sua história.

- 4 Sucede-se uma análise ao complexo arquitectónico que hoje acolhe o Museu Nacional Machado de Castro (capítulo III – «Museu Nacional Machado de Castro: Uma Sobreposição de Memórias»), o momento para uma fina descodificação dos vários “rostos” – a expressão é do autor – que o edifício conheceu ao longo dos tempos, subdividindo-os e argumentando em favor de uma lógica comunicante entre si, a saber: «*Civitas aeminiensis*»; «Faces medievae» e «*Rinascere*». Sublinhe-se o *poder* de sistematização conseguido, assim como a leitura crítica desenvolvida que permitiram ao autor traçar a biografia do imóvel, concretizada na destrição das várias fases construtivas, na descrição das reminiscências espaciais, ainda visíveis no edifício actual, e nas memórias que o tempo apagou, valorizando-o, no seu conjunto, enquanto “documento/monumento”.
- 5 Um dos méritos mais significativos da obra em análise prende-se precisamente com o estudo de três balizas cronológicas que correspondem a três capítulos distintos que, em seguida, se apresentam. A primeira dá corpo ao capítulo IV – «De Palácio Episcopal se fez um Museu» (pp. 141-177) e incide sobre o mandato de António Augusto Gonçalves e as opções por si tomadas no âmbito do plano arquitectónico do Museu num período sensível da sua história, o ano de 1912, que coincidiu com a passagem da residência episcopal de Coimbra a espaço museológico. A complexidade e a morosidade do processo de conquista de um espaço físico para acomodar o Museu Machado de Castro, na tentativa de assegurar um espaço adequado para albergar as suas colecções, são aqui postas em evidência. Neste capítulo, uma nota para o rigor da informação subjacente ao processo de anexação da Igreja de São João de Almedina ao espaço museológico, desamortização que gerou grande polémica e foi encabeçada, na sua maioria, pelos estudantes católicos do Centro Académico de Democracia Cristã (CADC), então chefiado por Gonçalves Cerejeira, e do qual também fazia parte Oliveira Salazar. O entendimento que este último tem sobre os museus é manifestado ao Ministro da Justiça, à época, Rodrigues Monteiro:

[...] um museu é uma coisa morta; lembra uma casa mortuária. Está ali sepultado o tempo, e só por intenso esforço do nosso espírito, conseguimos sentir que, por sobre a necropole da arte, paira a alma sublime do artista. Ha muita gente que fala em museus, e berra, e gesticula, e entusiasma-se, e ficaria bem surpresa, se lhe perguntássemos que beneficio ao seu espírito adveio da contemplação das coisas d'arte, que não teem alma ali, onde as puzeram. Pois bem, sr. Ministro; isto quere dizer que para um museu basta que vá aquilo que já não pode viver. Mais do que isso, é desprezar a vida para cair em adoração perante a algidez da morte... (p. 185)

- 6 Uma segunda faixa cronológica remete para o período compreendido entre 1930 e 1950 (capítulo V – «Uma ‘Caixa de Surpresas’ (1930-1950), pp. 205-260) e incide sobre a fase de intervenções arquitectónicas realizadas no edifício do Museu durante o período directivo de Vergílio Correia, numa etapa da sua história pautada pela identificação de um volume expressivo de pré-existências provenientes de distintos períodos temporais. Neste contexto sublinham-se, também, as acções de salvaguarda patrimonial levadas a cabo no sentido de as tornar visíveis, como seja a aplicação dos portais de Santo Agostinho e de São Tomás de Aquino no complexo arquitectónico. Destaque ainda para os pontos relativos às obras de beneficiação geral operadas no Museu e para o papel exercido pela Direcção-Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais (DGEMN), em pleno regime estadonovista, e respectivas opções de restauro arquitectónico defendidas por este organismo.
- 7 Na terceira baliza cronológica, referente ao período temporal de 1951-1965 e que enforma o capítulo VI – «Consolidação da Dualidade Museu/Monumento (1951-1965)» (pp. 261-295), é dada particular atenção à liderança de Luís Reis Santos e é relatada a última etapa de obras ocorridas no Museu Machado de Castro, abrangendo as várias fases da sua planificação e execução, e valorizado o trabalho efectuado nas galerias romanas. Foram também alvo de apreciação as transformações realizadas ao nível da configuração interna do Museu, bem como a incorporação de áreas sectoriais essenciais ao exercício da actividade museológica, designadamente uma área de acolhimento ao público, uma sala de conferências, um espaço reservado aos serviços técnicos e administrativos, um espaço destinado a arrecadações, uma sala de exposições temporárias, prolongando-se ainda as suas valências pela identificação de espaços para acolher a exposição permanente e pela definição de áreas para biblioteca e arquivo.
- 8 Chegados a este momento, cumpre-nos reconhecer a relevância da iniciativa editorial da Direcção-Geral do Património Cultural, em parceria com a editora Caleidoscópio, no investir na divulgação de estudos que versam sobre os museus e a museologia, contributo decisivo para o seu (re)conhecimento público.
- 9 Na nossa perspectiva, a opção editorial de introduzir as notas no final do corpo do texto poderá dificultar a leitura, bem como a apreensão do pleno impacto da investigação. Sob este prisma, e tendo em conta a natureza da colecção *Estudos de Museus*, registe-se ainda a impossibilidade de disponibilizar em formato CD os anexos afectos à tese, dado o manancial significativo e o ineditismo das fontes reunidas – escritas (43) e icononímicas (451) – destaque, entre estas últimas, para inclusão de um pequeno filme datado de 1931, produzido pela Ulysseia Filmes e intitulado *Belezas de Portugal. Coimbra*, cuja análise permitiu esclarecer as concepções aplicadas nos espaços exteriores do Museu durante o primeiro período de obras compreendido entre 1912 e 1929.
- 10 Face ao exposto, os 54 anos desta instituição considerados na obra em apreço constituem uma referência de consulta obrigatória, incontornável não somente para a história do Museu Nacional Machado de Castro, mas também para a história e cultura

da cidade de Coimbra, cabendo valorizar a sensibilidade do autor em favor da dimensão culturalista intrínseca à museologia.

NOTAS

1. A autora escreve de acordo com a antiga ortografia.
-

AUTORES

JOANA D'OLIVA MONTEIRO

Instituto de História da Arte (IHA), Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa, Portugal, joana.oliva.monteiro@gmail.com